



CÓD: OP-033DZ-22
7908403530960

ARIPUANÃ-AM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ DO ESTADO DO
AMAZONAS - AM

Vigia

EDITAL Nº 01/2022 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	5
2. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado	14
3. Ortografia	15
4. Pontuação	16
5. Acentuação	17
6. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Colocação pronominal	18
7. Concordância verbal e nominal	24
8. Regência verbal e nominal	26
9. Crase.....	27
10. Figuras de sintaxe	27
11. Vícios de linguagem	29
12. Equivalência e transformação de estruturas	31
13. Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe	31
14. Morfologia. Estrutura e formação das palavras	33
15. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre	34

Matemática

1. Matemática. Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas envolvendo as quatro operações	45
2. Equações de 1° e 2° grau	54
3. Noções de conjunto	57
4. Sistema métrico decimal. Sistema de medidas legais	60
5. Sistema monetário brasileiro	62
6. Números e grandezas direta e inversamente proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional	64
7. Regras de três simples e composta	65
8. Porcentagem. Descontos	66
9. Juros.....	68
10. Geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo	70
11. Resolução de situações problema	81

Conhecimentos Gerais

1. Atualidades - Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet	83
2. História e geografia do Brasil e do Município de Novo Aripuanã	83
3. Direitos e Deveres do Funcionário Público.....	108
4. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo	119

Conhecimentos Específicos ***Vigia***

1. Defesa Pessoal	127
2. Direitos Humanos	131
3. Relações humanas no trabalho	134
4. Prevenção e combate a incêndio	142
5. Primeiros Socorros	148
6. Radiocomunicação e alarmes	154
7. Sistema de Segurança Pública	155
8. Atendimento ao público	156
9. Lei nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	160
10. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo	199
11. Direitos e Deveres do Funcionário Público	211

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual

- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais é melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

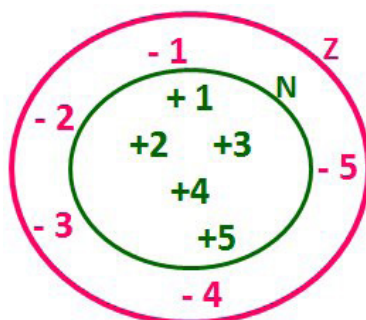
- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA. OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS E FRACIONÁRIOS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO. PROBLEMAS ENVOLVENDO AS QUATRO OPERAÇÕES

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

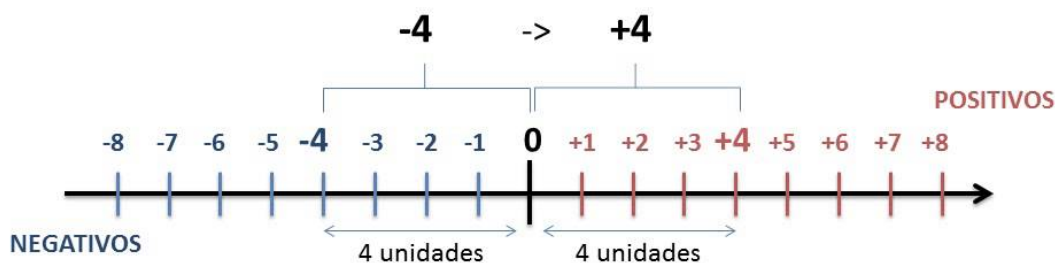
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
20.4=80
30.(-1)=-30
80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10

- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

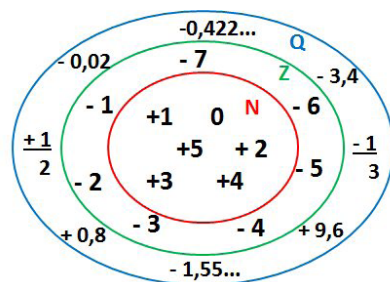
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos

-	Q_{-}	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^{*}_{-}	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado.

Ex.:
 $0,035 = 35/1000$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente.

Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

$$0,58333... = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos: 58
 Período com 1 algarismo: 3
 2 algarismos zeros: 90
 1 algarismo 9: 9

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES - FATOS E NOTÍCIAS LOCAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE DIVERSOS ASSUNTOS VEICULADOS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, COMO JORNAIS, REVISTAS, RÁDIOS, TELEVISÃO E INTERNET

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurreiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurreiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL E DO MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ

História do Brasil

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características político-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa.

A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia

de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal

Na esfera política, a forma o do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centraliza o do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econ mico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas odeias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuiram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no "povo" vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I "entregou" a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marqu s de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marqu s estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econ mica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econ micos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marqu s teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisi o a fim de desenvolver a educa o e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da explora o colonial visando libertar Portugal da dependência econ mica inglesa. O Marqu s de Pombal aumentou a vigilância nas col nias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instala o de uma maior centraliza o política na colônia, com a extin o das Capit nias hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capit nias Hereditárias

As Capit nias hereditárias foi um sistema de administra o territorial criado pelo rei de Portugal, D. José III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administra o para particulares (principalmente nobres com rela es com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capit nias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitânia eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capit nias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obriga es), falta de recursos econ micos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capit nias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marqu s de Pombal.

Capit nias Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitânia do Maranhão
- Capitânia do Ceará
- Capitânia do Rio Grande
- Capitânia de Itamaracá
- Capitânia de Pernambuco
- Capitânia da Ba ia de Todos os Santos
- Capitânia de Ilhéus
- Capitânia de Porto Seguro
- Capitânia do Espírito Santo
- Capitânia de São Tomé
- Capitânia de São Vicente
- Capitânia de Santo Amaro
- Capitânia de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capit nias hereditárias, o governo português realizou a centraliza o da administra o colonial com a cria o do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capit nias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupa o territorial oferecida pelos  ndios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a cria o de novos engenhos, a integra o dos indígenas com os centros de coloniza o, o combate do comércio ilegal, construir embarca es, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a cria o de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolu o de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organiza o dos gastos administrativos e na arrecada o dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia a es militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as a es a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupa o com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de a es ilegais em que funcionários da administra o subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebast o buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunifica o administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a cria o do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Vigia

DEFESA PESSOAL

O que é segurança pessoal?

Segurança pessoal são ações preventivas, que tem como objetivo proteger o indivíduo em seu ambiente diário. Na escola, no trabalho, em casa, ou qualquer outro lugar.

O Estado sozinho não é capaz de garantir a segurança de todos, por isso a segurança pessoal é uma alternativa muito importante.

Vale ressaltar que qualquer medida adotada pelos órgãos de Segurança só terá pleno êxito se todas as pessoas colaborarem. Ou seja, é imprescindível você ter consciência da importância do seu comportamento para evitar delitos e, efetivamente, mudar atitudes.

Nada é 100% garantido quando o assunto é Segurança. 90% dela está na prevenção, por isso muitas das ações estão concentradas nesse ponto. Os outros 10% estão distribuídos entre a reação e a sorte.

Para prevenir, a segurança pessoal faz uso de técnicas de defesa pessoal, regras sociais e direção defensiva. Outras técnicas são importantes, como primeiros socorros e tiro defensivo.

Dicas de segurança pessoal na rua, no carro e no banco na rua e no carro

Procure andar sempre em companhia de alguém, evite passar por lugares desertos ou pouco iluminados.

Fique sempre alerta durante os trajetos a pé, seja saindo do trabalho, de restaurantes, bares ou shoppings.

Evite ostentar bens de valor, como equipamentos eletrônicos, cordões, relógios, joias, etc.

Desconfie de pessoas que se aproximam para pedir qualquer tipo de informação, principalmente à noite. Mantenha distância e continue.

No banco

Uma das modalidades de assalto que vem crescendo nos últimos tempos é a “saidinha de banco”. Os ladrões ficam dentro das agências bancárias, observando quem está sacando uma quantia considerável de dinheiro. Quando avistam um alvo interessante, avisam por celular o seu ajudante, que, geralmente, fica do lado de fora, para iniciarem o assalto.

Evite sacar muito dinheiro em caixas eletrônicos que ficam em praças ou esquinas.

As mulheres devem tomar cuidado com a bolsa quando estiverem sozinhas, uma vez que são o alvo mais fácil para os trombadinhas.

Deixe a bolsa debaixo dos braços ou na parte da frente do corpo.

Não ande com objetos de valor dentro da bolsa de valores dentro da bolsa.

Segurança Pessoal é qualquer atitude, comportamento ou ação adotada com objetivo de preservar a saúde, integridade física e moral da pessoa, incluindo a sua consciência sobre a necessidade de cumprir requisitos e procedimentos de proteção.

Podemos conceituar segurança pessoal como sendo qualquer atitude, comportamento ou ação que tenha como objetivo e preservação da integridade física e moral das pessoas.

Seu objetivo é salvaguardar a pessoa contra riscos que possam causar danos a sua integridade física e moral.

RISCOS À SEGURANÇA PESSOAL

Os riscos mais comuns aos quais as pessoas estão sujeitas são

- Furto;
- Roubo/Assalto;
- Sequestros;
- Espionagem;
- Chantagem;
- Sabotagem
- Desmoralização;
- Acidentes;
- Agressões físicas e morais.

DANOS E PERDAS REFERENTES A SEGURANÇA PESSOAL

Os danos e perdas consequentes da concretização de um determinado risco podem ser divididos em três categorias: humana, moral e material.

Danos e perdas humanas

Ocorrem quando o resultado da concretização do risco gera lesão física a vítima. Podem ser causados por acidentes, brigas, confrontos, atentados.

As perdas poderão ser parciais, causadas por lesões e ferimentos físicos ou totais em decorrência de morte.

Danos e perdas de ordem moral

Ocorrem quando o resultado os bens intangíveis são afetados e prejudicados, são considerados bens intangíveis a moral ou imagem da pessoa e/ou organização a qual esta ligada.

Danos e perdas materiais

Ocorrem quando há perda de bens patrimoniais ou em espécie (dinheiro).

TIPOS DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PESSOAL

De acordo com a ocupação e status da pessoa na sociedade, ela poderá estar exposta a diversos tipos de riscos pessoais, os quais demandaram medidas específicas de prevenção e proteção.

As medidas de prevenção podem ser classificadas conforme sua natureza e características de execução.

1. Dicas de Segurança Pessoal

As dicas de proteção pessoal são orientações sobre atitudes e comportamentos preventivos que a pessoa deve seguir para reduzir riscos potenciais a sua segurança.

Todos nós, em algum momento, precisamos adotar atitudes e comportamentos preventivos a fim de evitar exposição desnecessária a riscos que comprometem a nossa segurança pessoal.

Exemplo de dicas e medidas de segurança pessoal:

- Não frequentar locais de risco;
- Evitar a rotina em relação ao percurso e horários de saída e chegada na residência;
- Atenção ao parar em semáforos a noite;
- Treinamento sobre defesa pessoal (princípios das artes marciais voltadas para defesa pessoal.)

Atividade de Segurança Pessoal Privada

Algumas pessoas devido a sua posição social ou financeira requerem, além da adoção de dicas pessoais de segurança, a adoção de segurança pessoal privada, a ser realizada por empresas que atuam no seguimento da Segurança Privada.

A atividade de segurança pessoal privada, se caracteriza pelo emprego de vigilantes qualificados e credenciados para a atividade de segurança pessoal privada com finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas.

Atividade de Segurança Pessoal de Celebidades

Celebridade pode ser definida como uma pessoa amplamente reconhecida pela sociedade, e por isso, atraem a atenção de outras pessoas.

Devido a sua fama, as celebridades estão sujeitas a diversos tipos de riscos, motivo pelo qual requerem medidas especiais de segurança.

Atividade de Segurança de Pessoal de Executivos

Algumas pessoas em função do negócio que desenvolvem ou do cargo que ocupam numa empresa requerem medidas especiais de segurança.

Atividade de segurança de executivo visa a proteção de empresários e executivos que devido a sua função ou condição econômica requerem medidas especiais de segurança.

Em alguns casos a proteção do executivo é importante não só para ele, mas também, para a organização a qual ele pertence ou está ligado.

Atividade de Proteção de Autoridades

Podemos considerar como autoridades para esse fim, as pessoas que ocupam cargos relevantes em instituições e órgãos governamentais como: Chefes de Estado, Ministros, Governadores e etc.

Essas pessoas, devido a sua ocupação, requerem medidas especiais de proteção, pois qualquer ocorrência que as envolvam acabam refletindo na organização ou na nação a qual representam.

A proteção de autoridades normalmente é executada por agentes de segurança pública (Forças Armadas, Polícia Federal e Polícia Militar).

Devemos ter em mente que a segurança é um direito de todos e responsabilidade de cada um de nós.

As 5 funções básicas de um bom sistema de segurança

A sofisticação das quadrilhas criminosas tem exigido uma qualificação cada vez maior dos profissionais de segurança, no sentido de projetar sistemas de segurança mais eficientes e eficazes. Para isso é fundamental entender conceitos básicos da teoria de segurança, visando encontrar as melhores soluções táticas para cada situação.

Basicamente um bom sistema de segurança deve contemplar as seguintes funções: inibir, impedir, detectar, identificar e reagir. A seguir iremos explorar um pouco melhor cada uma dessas funções:

INIBIR

Essa é a função mais preventiva de um bom sistema de segurança. O objetivo é aumentar a percepção de risco de forma a dissuadir o criminoso de cometer o delito. Nesse aspecto se deve ter em conta o aspecto psicológico das pessoas. Para isso o aspecto ostensivo da segurança é preponderante.

Desta forma, levando-se em conta esse aspecto, pode-se utilizar de diversos mecanismos, entre os quais destacamos a postura e uniformização da equipe de segurança, a utilização de câmeras, placas de sinalização indicando perigo ou gravação de imagens, cães de guarda, cerca elétrica e utilização de vigilância armada.

IMPEDIR

A segunda função envolve criar barreiras físicas visando impedir ou retardar o acesso ao local em que se deseja proteger. Portanto, estamos nos referindo a muros, cercas, portões, fechaduras, estruturas blindadas e concertinas. A altura do muro e se existem apoios que possam permitir a escalada são aspectos importantes a serem considerados. As fechaduras também merecem uma atenção especial. Não adianta nada projetar um muro de 5 metros de altura e colocar fechaduras eletromagnéticas de fácil arrombamento.

Além disso, os sistemas de portões externos são bastante relevantes. Sempre que possível, devem existir mecanismos de Intertravamento com portões duplos, de forma que um portão só abra quando o outro estiver fechado, isolando melhor área externa da área interna. Paralelamente, a existência de estruturas blindadas em centros estratégicos de segurança é uma outra forma de impedir acessos indesejados. A guarita, por exemplo, é um ponto estratégico de segurança de um condomínio

DETECTAR

A terceira função é referente a capacidade do sistema de segurança de detectar situações indesejadas. Estamos falando geralmente de sistemas eletrônicos capazes de identificar situações de riscos. Para isso, são utilizados com frequência, sistemas de sensores ligados a centrais de alarme que alertam quando existe circulação de pessoas em locais monitorados. Hoje já existem câmeras, com valores bem mais acessíveis, que possuem essa capacidade de sensoriamento, alertando sobre eventuais invasões.

Projetar um bom sistema de detecção em um local que se pretende proteger torna a segurança de um local muito mais eficiente e menos dependente do fator humano.

IDENTIFICAR

Um bom sistema de segurança deve ser capaz de identificar não só os criminosos como o modus operandis. Ou seja, isso se refere a instalação de câmeras de boa qualidade, instaladas em locais adequados de forma a esclarecer quem executou a ação e de que forma. Isso será fundamental para corrigir eventuais falhas do sistema e punir, se possível, os responsáveis.

Além disso, um bom sistema de controle de acesso permite rastrear e identificar todas as pessoas que circularam em um determinado local. Por isso a existência de um bom sistema de controle em todas as entradas e saídas, facilitam o processo de identificação de um determinado sinistro, aumentando o nível de segurança do local.

REAGIR

Por fim, o sistema deve ser capaz reagir quando detectada uma situação de risco. Essa reação pode ser feita basicamente de duas formas. A primeira através de uma reação direta, ou seja, o sistema de segurança possui, por exemplo, uma equipe de vigilância armada que irá atuar contra os invasores.

A segunda, geralmente mais utilizada, refere-se à capacidade de acionar um apoio remoto que irá tomar as providências de reação previamente definidas, que pode ser, por exemplo, acionar os órgãos de segurança pública para irem até o local. Esse acionamento pode ser feito através de um telefone, central de alarme ou botão de pânico. O importante é que seja possível executar essa ação de forma rápida e fácil, mesmo em situações de pressão.

Devem ser previstas situações de contingência caso existam possibilidades de problemas ou sabotagens em relação ao meio de comunicação. Por exemplo, se a central de alarme é conectada via telefone, deve existir um backup via GPRS que permita acionar o apoio remoto no caso de perda de linha.

E COMO PROJETAR UM BOM SISTEMA DE SEGURANÇA?

Tendo entendido essas 5 funções, fica mais fácil projetar um bom sistema de segurança. Para cada situação e necessidade particular, o profissional poderá dar maior ou menor relevância a cada uma das funções básicas. O orçamento disponível também será uma variável relevante a ser considerada.

Entretanto, a definição de um bom sistema de segurança, exige experiência e conhecimento técnico das soluções táticas mais eficientes existentes. Por isso, muitas vezes é preferível delegar essas funções a uma empresa especializada que conheça e domine o assunto.

A ASTER é uma empresa de terceirização de serviços de segurança há mais de 10 anos de mercado. Contratando a ASTER, terá a sua disposição profissionais qualificados e experientes que ajudarão a projetar de forma customizada o sistema de segurança ideal para sua organização.

Manual de Segurança Pessoal

Como se prevenir para evitar sequestros

Na Residência

• Informe e conscientize sua família dos problemas relativos a sequestros, discutindo o assunto de modo que todos contribuam na solução de eventuais problemas.

• Procure conhecer os vizinhos, onde trabalham, horários de saída e chegada, telefones e hábitos. Estabeleça acordo mútuo com pelo menos dois deles, para manter sua residência sob vigilância, especialmente, quando estiver fora de casa.

• Procure fazer rodízios com vizinhos para levar os filhos à escola, evitando criar rotinas.

• Mantenha em local de fácil acesso, para seu uso ou de seus familiares, os números de telefones da Polícia, Corpo de Bombeiros, hospitais, médicos da família, trabalho, escola, vizinhos, familiares, da residência de pelo menos dois colegas de trabalho e de outros locais habitualmente frequentados pelos moradores da casa.

• Esteja sempre informado sobre os locais em que se encontram seus familiares. É importante que eles também saibam onde você está.

• Seja reservado. Não preste informações a estranhos sobre seus hábitos, compromissos pessoais e de trabalho, viagens, assuntos familiares e seu patrimônio, sobretudo se solicitados por telefone.

• Oriente os empregados e os familiares, em especial as crianças, a procederem da mesma forma.

• Se residir em casa, tome cuidados extras, devido à maior facilidade na abordagem.

• Contrate empregados somente com documentos e referências, que devem ser previamente checadas. Tenha uma fotografia deles. Ela pode ser útil para eventual necessidade de identificação.

• Não atenda a porta sem antes verificar de quem e do que se trata (através do visor, porteiro eletrônico, janela lateral, andar superior, etc.), recusando encomendas, serviços e vendedores não solicitados, ainda que se trate de pessoas uniformizadas.

• Marque hora com as pessoas que farão serviços na residência, exigindo sempre identificação pessoal antes de permitir o acesso e nunca as deixando sozinhas.

• Mantenha controle das chaves da residência evitando que os empregados disponham de cópia.

• Mantenha trancadas as portas e janelas dos ambientes voltados para áreas externas em que não haja movimentação de pessoas, inclusive da garagem.

• Evite deixar na parte externa da residência objetos que possam despertar cobiça.

• Terrenos baldios e mato alto podem tornar-se esconderijos para bandidos. Mantenha podada a vegetação ao redor de sua casa.

• Reforce a segurança de sua residência. Cães de guarda, porteiro eletrônico, chaves tetra, ferrolhos e alarme auxiliam na prevenção.

• Durante a noite, mantenha acesas as luzes externas de sua residência.

• Mantenha-se alerta na saída e chegada na residência e no ambiente de trabalho, pois essas ocasiões são as mais propícias a sequestros, evitando também sair ou chegar sozinho em horário avançado.

• Observar atentamente o que se passa na rua, desconfiança de situações estranhas e fora do comum, como por exemplo a presença constante de um mesmo veículo nas redondezas, o que pode ser um indicador de que estão estudando seus hábitos. Registre todos os dados, tais, como a placa, cor, tipo de veículo e as características dos suspeitos, etc. e comunique-se imediatamente com a Polícia.

• Mude os hábitos da despedida da família, na saída para o trabalho, evitando que os familiares saiam até a garagem.

• Ao chegar em casa, não pare se perceber a presença de suspeitos nas imediações e comunique-se com a Polícia. Combine com seus familiares o anúncio de sua chegada de carro com sinais de luz ou toques de buzina.

• Nunca entre em casa se notar que está aberta ou apresenta movimento estranho. Anote as placas de veículos desconhecidos que estiverem nas imediações e avise a Polícia.

• Se ao entrar em casa, perceber indício de invasão, acione a Polícia e conserve o local como o encontrou.

• Se flagrar o ladrão em sua casa, não reaja. Em caso de ameaça, obedeça. Depois, registre queixa na delegacia, mesmo de pequenos furtos.

• Comunique imediatamente à Polícia qualquer tipo de ocorrência que possa colocar em risco o patrimônio e a integridade física, inclusive de familiares.

• As orientações apresentadas, transmita as que julgar conveniente aos moradores e/ou empregados da casa.

No Trânsito

• Antes de entrar ou sair do veículo, verifique se há pessoas ou veículos em atitudes suspeitas nas imediações.

• Varie, sempre que possível, os horários de saída e chegada, evitando trajetos sistemáticos.

• Memorize, nos seus percursos mais frequentes, a localização de postos policiais, telefones públicos, socorros mecânicos, hospitais e rotas alternativas seguras.

• Habitue-se a dirigir com os vidros fechados e as portas trancadas, usando o sistema interno de ventilação.

• Procure dirigir, sempre que possível, pela faixa central.

• Mantenha sempre razoável distância do veículo que estiver à sua frente, até mesmo ao parar nos sinais de trânsito.

• Esteja sempre alerta aos movimentos ao redor e se houver suspeitos ou se perceber que está sendo seguido por outro veículo, evite parar, procure agir com naturalidade, mude o trajeto, dê a volta no quarteirão para ter certeza e dirija-se para vias de maior fluxo de tráfego, onde possa localizar uma viatura policial e solicitar ajuda.

• Evitar envolver-se em discussões, aglomerações, provocações no trânsito ou perturbações de rua, pois elas podem ser artificiais e criadas com o intuito de distrair e possibilitar o sequestro.

• Nos semáforos, fique alerta à aproximação de estranhos, mesmo que não lhe pareçam suspeitos, e evite abrir a janela para vendedores ambulantes.

• Se for vítima de colisão que lhe pareça proposital, principalmente em local escuro ou à noite, não pare e procure anotar a placa do veículo.

• Somente troque o pneu ou execute qualquer serviço em seu veículo em local seguro. Evite aceitar ajuda de estranhos.